

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da JP Morgan Chase Bank, National Association do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício, a Instituição apresentou um lucro líquido de R\$ 14.530 mil, sendo que no exercício anterior apresentou lucro líquido de R\$ 16.436 mil. São Paulo, 17 de março de 2020

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante		2.287.928	2.529.034	Circulante		2.248.233	2.161.509
Disponibilidades		19.282	10.139	Depósitos	9	150.067	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	177.500	367.631	Depósitos a prazo.....		150.067	-
Aplicações no mercado aberto.....		177.500	16.805	Instrumentos financeiros derivativos	6	106.091	47.848
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....		-	350.826	Instrumentos financeiros derivativos.....		106.091	47.848
Instrumentos financeiros derivativos	6	108.015	48.777	Outras obrigações		1.992.075	2.113.661
Instrumentos financeiros derivativos.....		108.015	48.777	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....		-	47
Outros créditos		1.983.131	2.102.487	Carteira de câmbio.....	7	1.982.986	2.102.432
Carteira de câmbio.....	7	1.982.996	2.102.432	Fiscais e previdenciárias.....	8	7.816	9.882
Diversos.....	8	135	55	Diversas.....		1.273	1.300
Realizável a longo prazo		518.330	157.012	Exigível a longo prazo		133.365	114.407
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	347.048	-	Depósitos	9	3.782	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....		347.048	-	Depósitos a prazo.....		3.782	-
Instrumentos financeiros derivativos	6	108.932	95.371	Instrumentos financeiros derivativos	6	108.815	94.170
Instrumentos financeiros derivativos.....		108.932	95.371	Instrumentos financeiros derivativos.....		108.815	94.170
Outros créditos		62.350	61.641	Outras obrigações	8 e 10	20.768	20.237
Diversos.....	8	62.350	61.641	Fiscais e previdenciárias.....		20.768	20.237
Permanente		38	38	Patrimônio líquido	12	424.698	410.168
Investimentos		38	38	Capital social.....		258.218	258.218
Outros investimentos.....		38	38	De domiciliados no exterior.....		258.218	258.218
				Reservas de capital.....		18.617	18.617
				Reservas de lucros.....		147.863	133.333
Total do ativo		2.806.296	2.686.084	Total do passivo e patrimônio líquido		2.806.296	2.686.084

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros	
		Capital social	Subvenções para investimento	Legal	Estatutária	acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2017		208.218	18.617	16.588	150.309	-	393.732
Aumento de capital.....	12	50.000	-	-	(50.000)	-	-
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	16.436	16.436
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal.....	12	-	-	822	-	(822)	-
Reserva estatutária.....	12	-	-	-	15.614	(15.614)	-
Em 31 de dezembro de 2018		258.218	18.617	17.410	115.923	-	410.168
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	14.530	14.530
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal.....	12	-	-	727	-	(727)	-
Reserva estatutária.....	12	-	-	-	13.803	(13.803)	-
Em 31 de dezembro de 2019		258.218	18.617	18.137	129.726	-	424.698
Em 30 de junho de 2019		258.218	18.617	17.779	115.923	7.001	417.538
Lucro líquido do semestre.....		-	-	-	-	7.160	7.160
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal.....	12	-	-	358	-	(358)	-
Reserva estatutária.....	12	-	-	-	13.803	(13.803)	-
Em 31 de dezembro de 2019		258.218	18.617	18.137	129.726	-	424.698

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A JPMorgan Chase Bank, National Association ("Instituição") atua como filial do JPMorgan Chase Bank, National Association, autorizada a operar com as carteiras comercial e de câmbio.

As operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente. As demonstrações contábeis da Instituição foram aprovadas pela Administração em 17 de março de 2020.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638 e 11.941, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado - É apurado pelo regime de competência.

(b) Instrumentos financeiros derivativos - Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de swaps e de outros derivativos estão classificados na categoria de instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge accounting, sendo assim avaliados a valor de mercado em contrapartida às contas de resultado do período. Para cálculo do valor de mercado das operações de swaps e de outros derivativos são utilizados como base os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação.

(c) Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.

(d) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos.

(e) Passivos contingentes e obrigações legais - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN.

(i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.

(f) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% para o ano corrente. A partir de março de 2020, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente será calculada à alíquota de 20%, conforme Emenda Constitucional nº 103. Até 31 de dezembro de 2018, a CSLL corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme Lei nº 13.169. Ativo e passivo fiscais diferidos são calculados sobre ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL, sendo registrados contabilmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2019: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15% ou de 20% sobre ajustes temporários dependendo da expectativa do período de realização desses ajustes. Até 31 de dezembro de 2018, o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15% sobre ajustes temporários a serem realizados, conforme estabelece a Lei nº 13.169.

(g) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem, quando aplicável, disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias.

4. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades no montante de R\$ 19.282 (2018 – R\$ 10.139) e aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R\$ 177.500 (2018 – R\$ 367.631) (Nota 5).

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2019	2018
Aplicações em operações compromissadas – posição bancada.....	177.500	16.805
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	-	350.826
Vencimento inferior a 90 dias.....	-	-
Vencimento superior a 90 dias.....	347.048	-
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	524.548	367.631

6. Instrumentos financeiros derivativos: A Instituição participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender suas necessidades próprias e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições. As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, para comprar ou vender ativos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação são resumidos como segue:

a. Composição por indexador

	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 2019	Valor nominal 2018
Operações de swap	147.802	147.802	3.000.707	1.508.748
Outros.....	147.802	147.802	3.000.707	1.508.748
Outros derivativos	69.145	67.104	4.488.012	4.096.525
Moedas.....	69.145	67.104	4.488.012	4.096.525

b. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Ganhos/		Valor de mercado 2019	Valor de mercado 2018
	Valor de custo	Perdas não realizados		
Ativo	211.210	5.737	216.947	144.148
Operações de swap.....	146.759	1.043	147.802	82.261
Outros derivativos.....	64.451	4.694	69.145	61.887
Passivo	210.066	4.840	214.906	142.018
Operações de swap.....	146.759	1.043	147.802	82.261
Outros derivativos.....	63.307	3.797	67.104	59.757

c. Composição do valor nominal por vencimentos

	Até			Acima de	Total	Total
	3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos			
Operações de swap.....	-	317.880	702.197	1.980.630	3.000.707	1.508.748
Outros derivativos.....	1.560.414	2.659.148	268.450	-	4.488.012	4.096.525

d. Valor nominal por local de negociação

	Balcão (Cetip)		Total 2019	Total 2018
	Receita	Despesa		
Operações de swap.....	3.000.707	-	3.000.707	1.508.748
Outros derivativos.....	4.488.012	-	4.488.012	4.096.525

e. Valor nominal por contraparte

	Pessoa Jurídica		Instituições financeiras		Fundos de Investimentos		Total 2019	Total 2018
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa		
Operações de swap.....	1.500.353	-	1.341.414	-	158.940	-	3.000.707	1.508.748
Outros derivativos.....	2.276.961	-	2.211.051	-	-	-	4.488.012	4.096.525

f. Resultado por produto

	Resultado líquido 2019		Resultado líquido 2018	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Operações de swap.....	376.771	(375.925)	846	-
Outros derivativos.....	121.936	(119.454)	2.482	2.485

7. Outros créditos e outras obrigações - carteira de câmbio: "Outros créditos - carteira de câmbio" estão representados por câmbio comprado a liquidar no valor de R\$ 991.405 (2018 – R\$ 1.051.073) e direitos sobre vendas de câmbio no valor de R\$ 991.591 (2018 – R\$ 1.051.359). "Outras obrigações - carteira de câmbio" estão representadas por câmbio vendido a liquidar no valor de R\$ 993.356 (2018 – R\$ 1.051.073) e obrigações por compra de câmbio no valor de R\$ 989.630 (2018 – R\$ 1.051.359).

8. Outros créditos e outras obrigações: "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 3.555 (2018 – R\$ 3.457) (Nota 11) e devedores por depósitos em garantia no valor de R\$ 58.176 (2018 – R\$ 57.585) (Nota 10 (a)). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" correspondem, principalmente, a impostos e contribuições sobre o lucro no valor de R\$ 7.383 (2018 – R\$ 9.413) e provisões relacionadas a questionamentos judiciais no valor de R\$ 20.748 (2018 – R\$ 20.132) (Nota 10).

9. Depósitos

	Até 3 meses		De 1 a 3 anos		Total 2019	Total 2018
	Receita	Despesa	Receita	Despesa		
Depósitos a prazo.....	150.067	-	3.782	-	153.849	-
Total	150.067	-	3.782	-	153.849	-

10. Passivos contingentes e obrigações legais: As provisões para contingências constituintes e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

a) Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos Judiciais		Provisões	
	2019	2018	2019	2018
Fiscais e previdenciárias.....	58.176	57.585	20.748	20.132
Total	58.176	57.585	20.748	20.132

b) Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e Previdenciárias	
	2019	2018
Saldo inicial	20.132	24.461
Despesas financeiras - juros.....	616	722
Anistia.....	-	(340)
Reversões.....	-	(4.711)
Saldo final	20.748	20.132

c) Fiscais e previdenciárias – obrigações legais: A Instituição é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária. As principais demandas envolvem os seguintes assuntos: (i) cobrança de alíquota diferenciada de CSLL em relação às empresas não financeiras; e (ii) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718. Por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

d) Fiscais e previdenciárias – outros passivos contingentes: A Instituição recebeu auto de infração objetivando a cobrança de contribuições previdenciárias, ora discutido perante o Poder Judiciário através de ação anulatória de débito fiscal, cujo risco de perda é classificado como possível pelos assessores legais no valor de R\$ 26.278 (2018 – R\$ 25.605). A Instituição também é parte em processos administrativos de natureza tributária, caracterizados como passivos contingentes avaliados com chances de êxito possível, pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, que envolvem: (i) a imposição de IRPJ e CSLL sobre ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP no valor de R\$ 871 (2018 – R\$ 842); (ii) multas e honorários da procuradoria relacionados ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, no valor de R\$ 1.884 (2018 – R\$ 1.857). Por decisão da Instituição, foi constituída provisão para referidos débitos. e; (iii) execução fiscal que exige fiscoal referente aos meses de novembro e dezembro de 1992 no valor de R\$ 3.958 (2018 – R\$ 3.911).

A Diretoria

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)		
	Segundo semestre 2019	Exercícios findos em 31 de dezembro 2019	Exercícios findos em 31 de dezembro 2018
Receitas de intermediação financeira	12.841	27.146	28.372
Resultado de aplicações no mercado aberto.....	10.641	23.326	23.672
Resultado com instrumentos financeiros derivativos.....	6f	1.766	3.328
Resultado de operações de câmbio.....		434	492
Despesas de intermediação financeira	(357)	(1.736)	(

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

JP Morgan Chase Bank, National Association

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da JP Morgan Chase Bank, National Association ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JP Morgan Chase Bank, National Association em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos

requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2020



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6